

ENTREVISTA

“Desenvolvimento profissional de professores e gestores: contribuições para o campo de pesquisa e para a prática”

Entrevistada: *Ana Paula Ferreira da Silva*   - Doutora (2009) e Mestre (2005) pelo Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde atualmente é professora na linha de pesquisa “Instituição Escolar: Organização, Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores”. Coordena o projeto de pesquisa “Processos educacionais e conectividade”, a atividade de extensão “Celulares em sala de aula: perspectivas sociais e pedagógicas” e participa do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq “Docência em suas múltiplas dimensões”. Trabalhou como docente na rede pública de educação municipal de São Paulo (2002/2004) e como professora dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas na Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009 – 2017), onde coordenou a área de Pedagogia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - (2014 - 2017). Foi assistente de pesquisa na Fundação Carlos Chagas (2010-2014 / 2018 - 2019). Tem experiência no campo da Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, pesquisando principalmente os temas: processo de escolarização, docência, cultura digital e desigualdade escolar.

Vínculo Institucional: PUC-SP (PPG Educação: História, Política, Sociedade)

Dialogia: De forma breve, destaque o seu percurso acadêmico/profissional.

Ana Paula Ferreira da Silva: Falar sobre desenvolvimento profissional implica na reflexão sobre o percurso de formação e de atuação docente, de modo a identificar os contextos políticos, sociais e as influências pessoais determinantes nesse processo. Minha escolha pelo magistério ocorreu pela necessidade de optar por um curso de ensino médio profissionalizante e, coincidentemente no fim do ano de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) que mudou, entre outras coisas, a organização do ensino médio. A escolha pela Pedagogia foi uma espécie de “caminho da continuidade” da formação como docente, embora a experiência em sala de aula estivesse restrita aos estágios obrigatórios.

Ingresssei na carreira pública do magistério na Prefeitura de São Paulo em 2002 o que me levou a projetar uma carreira na escola pública como coordenadora pedagógica.

As vivências e inquietações como professora iniciante e recém-formada atuando nas periferias da cidade levaram-me a cursar, como aluna ouvinte, uma disciplina no Programa de Pós-graduação. No semestre seguinte (2003), ingressei na pós-graduação e, mesmo sem saber, iniciava outra trajetória profissional.

Foram seis anos como estudante dos cursos de Mestrado e Doutorado debruçada sobre as questões relacionadas à desigualdade social que intensificam as desigualdades escolares. Tais pesquisas me levaram a uma reflexão mais abrangente sobre a didática e práticas pedagógicas que se relacionavam às situações de fracasso e evasão das crianças em situação de pobreza.

O acesso como docente no Ensino Superior ocorreu um mês após a finalização do doutorado, quando pude atuar no curso de Pedagogia e em algumas licenciaturas como Química, Biologia, Letras, Filosofia, ministrando um amplo conjunto de disciplinas como didática, história da

Ana Paula Ferreira da Silva

educação, políticas educacionais, fundamentos sócio-históricos e filosóficos da educação entre outras relacionadas à minha área de formação. Anos mais tarde, assumi a coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que permitiu debater intensivamente desafios práticos à luz das teorias estudadas e ensinadas nas reuniões com os grupos de ‘pibidianas’. Juntas, as aulas na graduação e a coordenação do PIBID foram fundamentais para minha constituição como professora e pesquisadora, permitindo-me um grande aprofundamento em áreas como a formação de professores, processos de escolarização e desenvolvimento profissional.

O campo de estudo do cotidiano das instituições escolares e práticas pedagógicas foi uma consequência, senão uma exigência, de minha própria trajetória profissional. Finalmente, ao ingressar como docente na Pós-graduação (2019) um novo tema se soma – os estudos se voltam para compreender as tecnologias digitais e virtuais na formação e prática docente, bem como nos processos de interação e aprendizagem dos diferentes atores escolares. Tais estudos se intensificam após a pandemia de Covid-19 (2020) e a readequação dos sistemas de ensino para as modalidades emergenciais de ensino remoto e híbrido.

Embora sejam experiências profissionais, minha trajetória me permite elencar alguns percursos e percalços que me parecem comuns à carreira docente. São eles: i) em nossa trajetória somos “profissionais iniciantes” muitas vezes e de diversas formas: seja pelo ingresso em um novo nível de ensino, atuação com outra faixa etária, cargo, ou quanto mudamos de instituições e nos deparamos com procedimentos distintos; ii) os cursos de formação bem qualificados são essenciais para fomentar os processos de aprendizagem e de reflexão sobre a prática; iii) o trabalho colaborativo é fundamental para que os profissionais estabeleçam trocas e construam processos criativos; iv) o compromisso ético e profissional com a docência e a gestão são imprescindíveis para garantir a atuação qualificada. v) da mesma forma, as políticas que direcionam as condições de trabalho, de formação, plano de carreira etc. são essenciais para criarem e manterem condições adequadas para o desenvolvimento dos profissionais. Todos esses pontos são objeto de estudo quando tratamos sobre desenvolvimento profissional.

***Dialogia:* Qual o seu entendimento a respeito dos desafios atuais na formação inicial de professores e de gestores escolares no Brasil?**

Ana Paula Ferreira da Silva: Penso que estamos diante de um conjunto amplo de desafios em relação à formação inicial de professores e gestores. Eu gostaria de destacar, ainda que brevemente, três deles: a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), os cursos de formação em EaD que se proliferam e hoje são os principais responsáveis pela formação dos professores que efetivamente atuam nas escolas públicas e privadas, e a função dos Estágios Supervisionados e as políticas para a aproximação entre a educação básica e o ensino superior.

A pergunta que deveríamos responder seriamente é *o que esperamos de um professor no exercício de sua função?* Essa pode parecer uma questão óbvia, mas há um conjunto de complicadores quando analisarmos minuciosamente as possíveis respostas.

A BNC-Formação reduziu consideravelmente os fundamentos da educação (disciplinas como História, Sociologia, Antropologia e Psicologia da Educação), bem como os estudos das políticas educacionais e dos aspectos específicos da gestão escolar. A maior parte da concentração da carga horária dos cursos volta-se “para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, para o domínio pedagógico desses conteúdos”, para o estágio supervisionado e para as práticas dos componentes curriculares, conforme descrito no próprio documento.

Na prática, o futuro professor terá menos condições de refletir, selecionar, planejar, avaliar de forma crítica, autônoma e a partir de concepções sólidas sobre os conhecimentos pedagógicos e didáticos. Torna-se um executor de objetivos de aprendizagens, por vezes consubstanciadas em

Ana Paula Ferreira da Silva

atividades organizadas em apostilas e sistemas digitais adotados pelas redes de ensino. Há uma grande ênfase na prática e o “reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa”, também conforme o próprio documento. Um ponto que gostaria de retomar adiante.

O segundo desafio refere-se às instituições e aos cursos de formação de professores. Segundo o relatório “*Quem estuda Pedagogia na América Latina e Caribe? Desafios e Tendências no Perfil do Futuro Docente*” organizado pelo BID e publicado em 2023, 61% das matrículas de formação inicial de professores no Brasil são em EaD. Apesar dessa modalidade possibilitar que a formação de professores chegue a lugares em que as Instituições de Ensino Superior estão mais afastadas, os resultados das avaliações do Enade indicam que esses cursos têm um desempenho pior. Obviamente há boas instituições e cursos, mas outras valem-se mercadologicamente das facilidades para vender cursos aligeirados, com atividades de aprendizagem e avaliativas restritas como aquelas que utilizam formulários que são validados como “preenchidos ou não preenchidos” utilizados para aferir a frequência e realizar avaliação, sem propiciar espaços reais de discussão e reflexão. Uma formação que fazem aqueles que a vivenciam chegar ainda mais despreparados para a atuação nas turmas de educação básica, reforçando o discurso de que os professores precisam de “menos teoria e mais prática para aprenderem a fazer”.

Outra questão bastante crítica desses cursos está na realização do acompanhamento dos estágios supervisionados, que não garantem a real inserção dos alunos no cotidiano escolar.

Assim chegamos no terceiro ponto que quero tratar: a aproximação entre a educação básica e o ensino superior.

Da mesma forma como em inúmeras carreiras, a formação universitária é um dos pilares para o desenvolvimento profissional e a aproximação com o campo de atuação, elemento essencial para que os conhecimentos acadêmicos ganhem sentido prático durante o exercício profissional. Experiências como o PIBID nos ajudam a comprovar esta afirmação demonstrando de forma empírica a importância da interlocução entre educação básica e ensino superior para a formação mais ampla e densa de professores. Em contraponto, ampliação da carga horária dos estágios supervisionados proposta pela BNC-formação, somada à inclusão das práticas dos componentes curriculares não possibilita as mesmas condições que o PIBID. Precisamos considerar que hoje uma parcela considerável dos alunos que optam pelos cursos de licenciatura são trabalhadores, formados em instituições de ensino privadas (63%) em cursos à distância que realizam seus estágios em condições precárias (em horários restritos e intermitentes, nos mesmos dias da semana ou em períodos concentrados) com poucas oportunidades e até mesmo condições de vivenciar as diversas dimensões que compõem a organização escolar e pedagógica.

Elegi esses três pontos pois considero que eles possibilitam pensar sobre aspectos relacionados às políticas públicas e às condições do alunado e dos cursos. Se esperamos professores que realmente tenham autonomia e criticidade para exercer a função docente, é preciso estabelecer políticas capazes de garantir condições de acesso e permanência em cursos que efetivamente volte-se para subsidiar uma formação densa teoricamente e articulada com a prática reflexiva. Os principais desafios da formação inicial estão na esfera das decisões políticas e institucionais e não se restringe ao perfil do alunado ou o seu desinteresse, como muitas reportagens sobre os problemas relacionados à formação de professores propagam.

***Dialogia:* Qual o seu entendimento a respeito dos desafios atuais na formação continuada de professores e de gestores escolares no Brasil?**

Ana Paula Ferreira da Silva: Como já tratamos, o primeiro desafio da formação continuada é lidar com a necessidade de reduzir as lacunas da formação inicial. A formação continuada ocorre de formas muito variadas, que vão desde horários de trabalho pedagógico previstos na carga horária de trabalho dos professores, grupos de estudos, formações organizadas pelas secretarias de

Ana Paula Ferreira da Silva

educação em paradas pedagógicas, cursos oferecidos por sindicatos e associações de professores, até a busca pessoal por cursos específicos ou a continuidade da formação em nível de pós-graduação.

Embora sejam muitas as configurações possíveis para a formação continuada, é fundamental que as redes públicas e particulares de ensino se responsabilizem por esse momento formativo e a prevejam dentro da jornada de trabalho evitando impor ao professor mais um elemento de precariedade em sua profissão.

Temos algumas possibilidades de formação que subsidiam o desenvolvimento profissional integral:

- i) acolher os novatos, mesmo que já tenham experiência no cargo, mas sejam ingressantes na rede de ensino apresentando claramente os procedimentos administrativos relacionados à docência, o projeto da rede de ensino, seu currículo e materiais orientadores da prática pedagógica, os valores compartilhados e os projetos políticos pedagógicos das unidades;
- ii) o mesmo serve para os gestores que ainda que tenha uma trajetória bem sucedida na docência depara-se com novos desafios ao assumir uma nova posição. Mesmo um excelente professor experiente e com uma trajetória já consolidada em uma mesma rede de ensino se tornará um “gestor iniciante” quando assumir esse cargo, pois há um conjunto de processos e de decisões que são próprias de cada função. Certamente cuidar das ações relacionadas ao ingresso deixarão professores e gestores mais seguros e orientados para o exercício de suas funções com reflexos positivos em seu desempenho.
- iii) identificar - e atender- às necessidades reais dos professores e gestores. Não é incomum a oferta de formações para implementar novas políticas, sem que haja uma consulta aos professores e gestores sobre as suas dificuldades ou demandas, tornando-as sem sentido por destoar daquilo que vivenciam no cotidiano escolar e culminando na percepção de que teoria e prática são fatores completamente apartados;
- iv) propor espaços de trocas de experiências, fomentando o trabalho colaborativo entre profissionais em diferentes momentos da carreira e em diferentes cargos, pois esses fóruns possibilitam uma percepção mais ampla da vida institucional e soluções factíveis e participativas. Não me agrada a ideia de “boas práticas” pois uma boa prática isolada pode não ser capaz de solucionar as inadequações de uma soma de práticas equivocadas. Entendo que devemos ter “práticas” implementadas e continuamente aperfeiçoadas, que contribuam para o fazer docente ou nas ações da gestão ampliando o sentimento de coletividade e cooperação, fundamentais para os processos de aprendizagem.

***Dialogia:* Que elementos suas pesquisas têm apresentado como sendo os mais importantes ao se considerar os fatores que dificultam e facilitam o desenvolvimento profissional de professores e gestores?**

Ana Paula Ferreira da Silva: Um aspecto recente percebido no grupo de pesquisa “Docência em suas múltiplas dimensões” é que a pandemia de Covid-19 impôs uma série de questões ao cotidiano escolar que implicaram no desenvolvimento profissional de professores e gestores. Uma delas relaciona-se à introdução da cultura digital que tornou cotidiana as videochamadas, a comunicação por grupos em redes sociais como o WhatsApp, Facebook e Instagram impondo aos professores e gestores a necessidade de reorganização do trabalho escolar. Não são de hoje os estudos tratando sobre a incorporação de aparelhos como notebooks, celulares, lousas digitais e softwares como os de jogos ou de atividades que subsidiam os processos de aprendizagem das crianças e dos adolescentes. Se eles nos trazem subsídios para a discussão, ainda não são totalmente capazes de explicar a cultura digital emergente de uma maneira mais profunda.

Em uma das pesquisas que coordenei, identificamos que o processo de aprendizagem que os professores enfrentaram para se adaptarem às plataformas e redes sociais foi muito intenso e ainda mais exigente para aqueles com mais tempo de trajetória, tanto em relação ao uso desses softwares quando à transposição do uso pessoal para o uso profissional e pedagógico.

Ana Paula Ferreira da Silva

Se essa aprendizagem pode trazer benefícios em relação à ampliação de repertórios para a preparação das aulas, das pautas de reunião, na ampliação da participação dos pais e da comunidade nas decisões escolares, por outro há uma sobrecarga de trabalho – que deixa de ter um horário específico, para ocorrer 24h por dia – a necessidade de comprar equipamentos, pacotes de dados, softwares e cursos muitas vezes custeados com recursos próprios, com subsídios das instituições insuficientes ou até mesmo inexistentes.

Ainda sobre essa questão, práticas como a busca de materiais para a organização das aulas e para sua própria formação em redes sociais ou plataformas como Youtube, acesso à cursos com profissionais em locais distantes ou o acesso à profissionais de outras áreas do conhecimento e até mesmo a possibilidade de formação de novas redes de trocas de saberes e experiências, mudam substancialmente o desenvolvimento profissional de gestores e professores devido às possibilidades com que interagem com novos processos, práticas e artefatos.

Não falamos aqui de um movimento emergencial causado pela pandemia, mas de algo mais profundo e duradouro que se refere à cultura digital e das mudanças causadas por ela em nosso cotidiano.

***Dialogia:* Como vê o mercado da formação dos educadores?**

Ana Paula Ferreira da Silva: O primeiro ponto a considerar, quando analisamos o mercado de formação de educadores, é a redução da atratividade da carreira docente, muito bem documentada no estudo “Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil”, realizado em 2010 pela Fundação Carlos Chagas em parceria com a Fundação Victor Civita. Esse dado é corroborado na medida em que há altos índices de evasão dos cursos de licenciatura e, em geral, a docência não é a primeira escolha dos estudantes das licenciaturas tampouco daqueles que optaram pela Pedagogia. Um sintoma dessa situação se expressa na dificuldade que muitas universidades públicas têm enfrentado em relação ao preenchimento das vagas ofertadas nos processos seletivos. Também verificamos que a procura pelos cursos de formação de professores em EaD tem crescido. Segundo dados do INEP (Censo de 2022), foram registradas 1.669.911 matrículas nos cursos de licenciatura, sendo que os ingressantes de cursos EaD representam 93,7% na rede privada, enquanto na rede pública são 22,2% nessa modalidade. A modalidade à distância permite que pessoas localizadas distante dos centros com ofertas de cursos presenciais e com longas jornadas de trabalho possam buscar uma nova formação que lhes aproxime da docência.

Trata-se de uma demanda majoritariamente atendida por instituições privadas que ofertam cursos de baixa qualidade e grandes turmas. Algumas inclusive fazem parte de conglomerados educacionais, com ações negociadas em bolsa de valores e grande compromisso com seus acionistas que miram a lucratividade e crescimento como objetivos principais deixando a qualidade em segundo plano com impacto direto na formação de professores.

Um exemplo disso são os cursos elaborados a partir da encomenda pontual de materiais a professores conteudistas que, em geral, não tem a dimensão do curso de formação como um todo acompanhado da interlocução desse material pelo professor tutor que fornece suporte às dúvidas a grupos que chegam a contar com centenas de alunos. Uma situação cada dia mais corriqueira, mas que inviabiliza uma discussão demorada e aprofundada sobre aspectos essenciais para a prática pedagógica.

Tal fragmentação do processo de formação de professores, cada vez mais comum, torna-se um grande empecilho para a prática docente, pois os alunos precisam fazer sozinhos as interações entre os conhecimentos e a transposição para a prática. Uma tarefa que já não é simples para especialistas ou docentes experientes.

Ao mesmo tempo, os cursos de extensão e de *lato sensu* parecem ter crescido e muitos professores buscam essas formações para aprofundar-se em temas específicos, que tem relação mais direta com

Ana Paula Ferreira da Silva

as demandas do cotidiano do trabalho docente enfrentando situações ainda mais precárias visto que a regulação e controle destes cursos pelos órgãos competentes é ainda mais frágil.

Outra frente que compõe o mercado da formação de professores, frequentemente desconsiderada por não constar dos mecanismos formais de educação, refere-se aos materiais disponibilizados pelas fundações e institutos que disputam a inserção de suas pautas tanto na concepção quanto na implementação de políticas públicas. Esses grupos elaboram materiais que subsidiam as práticas, orientam os momentos de formação continuada e pautam a organização escolar com informações que por vezes não passam pelas discussões necessárias para sua aplicação no ambiente escolar. São frequentes as situações em que elas atuam diretamente em parceria com redes públicas e privadas e utilizam veículos de massa e redes sociais para a disseminação desses conhecimentos por meio de posts, documentários, planos de ensino e discussões pedagógicas, pautando a sociedade civil de forma muito eficiente.

Desse modo, infelizmente podemos considerar que a educação e a formação de professores têm se tornaram um grande e rentável negócio e as universidades, especialmente as públicas que têm sido um contraponto, vêm enfrentando dificuldades para pautar os currículos de formação docente.

***Dialogia:* Em sua opinião qual a tônica das atuais políticas de formação de professores e gestores?**

Ana Paula Ferreira da Silva: Considerando os processos de globalização, temos que ponderar que uma parcela significativa do que vivenciamos em termos de políticas de formação de professores e gestores é pautada pelas agências internacionais e por seus sistemas de avaliação.

Considerando essa perspectiva, as políticas de formação de professores e gestores, a meu ver, tem se voltado para a concepção de *accountability*, valorizando aspectos como responsabilização, transparência e fiscalização como pilares para o trabalho escolar.

A exemplo, a gestão escolar tem sido recorrentemente cobrada sobre os resultados dos processos pedagógicos que se expressam pela garantia de que os professores estejam adequadamente orientados em relação aos sistemas de preenchimento dos diários, dos planejamentos e avaliações. As unidades escolares são classificadas conforme os resultados de desempenho dos alunos, a assiduidade dos professores, a redução de taxas de evasão – com especial destaque para as ações de “busca ativa”.

Se considerarmos a proposta da BNC-formação, como apresentei anteriormente, as questões relacionadas à prática e a execução da BNCC são as bases que orientam os cursos de graduação para a formação de professores. Sob esse prisma, a concepção de formação volta-se para a preparação de profissionais que garantam a implementação dos diferentes objetivos de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, temos que considerar que muitas entidades políticas, acadêmicas e organizações da sociedade civil, bem como inúmeros professores e coordenadores dos cursos de formação docente têm se empenhado para garantir que aspectos como a educação para as relações étnico-raciais, educação inclusiva, educação ambiental, educação especial, bem como o aprofundamentos em relação às especificidades da educação de bebês e crianças bem pequenas ou a compreensão ampla da gestão escolar e dos sistemas de ensino sejam discutidas pelos futuros professores e gestores.

Tal compreensão possibilita identificar tanto os determinantes externos que influenciam as políticas nacionais, quanto apreender as possibilidades da participação política nas discussões e nas consultas públicas sobre as temáticas pertinentes a carreira e a atuação docente.

Dialogia: Como entende o desenho do campo de pesquisa sobre o desenvolvimento profissional dos educadores no Brasil e no mundo, na atualidade?

Ana Paula Ferreira da Silva: Considero que as pesquisas sobre desenvolvimento profissional são fundamentais tanto para a compreensão dos fatores que estão mais ou menos visíveis, quanto para possibilitar análises sobre experiências, práticas e implementação de políticas necessárias para o acúmulo de conhecimento.

As pesquisas sobre desenvolvimento profissional tangenciam objetos de estudo, questões de pesquisa, formulações de hipóteses, aprofundamentos teóricos e reflexões a partir da produção e análise dos dados que colocam luz em aspectos como a formação de professores a partir das orientações curriculares, as condições de trabalho no ensino superior e na educação básica, as diferenças em termos de desenvolvimento profissional a depender do momento da carreira, as possibilidades pedagógicas no que se refere à didática para a organização das formações de professores (inicial e continuada) bem como a atuação docente com bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos, etc.

Em perspectiva histórica, os estudos nacionais e internacionais sobre desenvolvimento profissional demonstram conquistas e retrocessos em relação às condições de trabalho e carreira, bem como evidenciam mudanças de concepções do campo educacional.

Os estudos internacionais seguem nos auxiliando em relação ao aprofundamento teórico e metodológico, mas também colaboram para a apreensão dos processos globais que interferem nas políticas e práticas locais. A exemplo da pandemia de Covid-19 e os estudos sobre desenvolvimento profissional, percebe-se reiteradamente que as dificuldades, enfrentamentos, aceções, soluções e caminhos encontrados por professores e gestores, em países com profundas diferenças econômicas, sociais e políticas em relação à condução das medidas de enfrentamento da crise, se assemelham. Esses resultados dizem muito sobre os processos de internacionalização, cultura escolar e como os processos pedagógicos têm se homogeneizado.

Dialogia: Em seu entendimento qual o lugar da pesquisa na formação e no desenvolvimento profissional de professores e gestores?

Ana Paula Ferreira da Silva: Para construirmos uma escola democrática e reflexiva a pesquisa é essencial, pois é por meio desse processo que as pessoas que compõem o universo escolar / educacional se tornam pesquisadores do cotidiano, inquietos com a realidade e encontrem espaços para compartilhar saberes e discussões teóricas. Desse modo, o desenvolvimento profissional torna-se resultado de um processo de formação, estudos e reflexão coletivo e compartilhado.

As pesquisas também são essenciais pois o desenvolvimento profissional não ocorre de modo linear ou apenas pela ação do tempo. Sem dúvida, o acúmulo de experiências, oportunidades profissionais e a acomodação na carreira são essenciais, mas também é necessário que essa pessoa, em relação com outras, reflita sobre o cotidiano e que esteja em movimento de formação ativa.

Professores e gestores que têm consciência de seu desenvolvimento profissional colaboram para o fortalecimento da identidade profissional individual bem como para a do coletivo.

Dialogia: Como entende a relação entre a escola básica e a formação inicial e continuada de professores e de gestores escolares?

Ana Paula Ferreira da Silva: Ao tratar sobre os estágios supervisionados e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) abordei algumas das condições para se estabelecer as relações entre a escola básica e a formação inicial.

Ana Paula Ferreira da Silva

A escola de educação básica é o local privilegiado para a apreensão das questões sociais e culturais que compõem a vida das crianças e adolescentes. Assim, os enfrentamentos vivenciados por alunos, docentes e equipe gestora deveria ser a mola propulsora das pesquisas e das formações. É da efervescência das escolas e sistemas de ensino que deveriam emergir as propostas e políticas de reorganização pedagógica. No entanto, uma parte significativa das reformas educacionais são resultado das políticas internacionais e/ou de demandas de grupos políticos e econômicos bastante fortes, o que faz com que elas sejam “de cima para baixo” ou não acompanhem as demandas e necessidades das unidades escolares com toda sua diversidade.

Nesse sentido, as formações – sejam iniciais ou continuadas – que se pautam pela colaboração e pela proximidade entre a educação básica e o ensino superior, possibilitam a articulação dos saberes teóricos às demandas reais, de modo a se tornarem mais significativas por um lado e, por outro, mais efetivas no desenvolvimento profissional daquelas pessoas diretamente envolvidas nesse processo.

As experiências relatadas em eventos e pesquisas sobre o PIBID ou sobre os programas de Residência Pedagógica que garantem a articulação efetiva entre unidades escolares e universidade demonstram uma formação muito mais consistente e duradoura, tanto para os professores do ensino superior, quanto para os professores da educação básica e para os alunos das licenciaturas. Esses últimos comumente relatam que as crenças e ilusões sobre a escola são fartamente discutidos, de modo a mudar sua compreensão sobre o trabalho e a carreira docente.

Esses resultados reforçam o quanto a interlocução entre escola e universidade é fundamental para o desenvolvimento do campo acadêmico de pesquisa e o da atuação docente em seus diferentes níveis.

***Dialogia:* Tem acompanhado experiências formativas que levem, potencialmente, ao desenvolvimento profissional dos educadores? Que traços pode apontar nessas experiências?**

Ana Paula Ferreira da Silva: Além das experiências do PIBID e da Residência Pedagógica tenho acompanhado as propostas de alguns Programas de Pós-graduação com Mestrados Profissionais e experiências de Secretarias Municipais de Educação que têm assumido processos formativos com os professores e gestores, delimitando focos a partir das demandas das unidades, implementando mudanças estruturais e pedagógicas e prevendo um processo formativo de longa duração. Vou me ater nesses dois últimos:

Os Programas de Pós-graduação com Mestrados Profissionais têm como perspectiva formativa a interlocução com a prática. Talvez uma das diferenças entre o Mestrado Acadêmico e o Profissional seja exatamente o compromisso desse último com o estudo da escola a partir dos seus saberes e fazeres, sem reduzir as dissertações a relatos, mas articulando tal conhecimento à produção teórica do tema.

Quanto se propõe a esse tipo de interlocução, o Mestrado Profissional ensina seus alunos a refletirem teoricamente sobre a prática. Esse é um ponto fundamental para o desenvolvimento profissional.

Arrisco dizer que não há um projeto pedagógico de curso que não se comprometa a formar um profissional reflexivo, mas raros cursos se dedicam a ensinar como se faz esse processo efetivamente. A reflexão, por vezes, está implícita na solicitação de trabalhos que analisam uma cena ou uma situação vivenciada no seu cotidiano, cotejando alguma das leituras teóricas da disciplina, ou o seu inverso, seleciona-se um trecho teórico a ser ilustrado pelos licenciandos. Essas ações de reflexão sobre a prática são muito superficiais. No entanto, os cursos de Mestrado Profissional se dedicam metodológica e teoricamente a ensinar seus alunos a organizarem suas leituras, dados recolhidos e observações, cotejarem com documentos normativos/ legislações e

Ana Paula Ferreira da Silva

com os referenciais teóricos. Após essa etapa de compreensão do objeto de estudo devem elaborar proposições que façam sentido no dia a dia das instituições de ensino ou para os cargos que ocupam. Esse processo formativo eu considero que é precioso para o desenvolvimento pessoal e profissional de gestores e professores.

Em certa medida ocorre algo semelhante em algumas Secretarias de Educação – todas as experiências que acompanhei foram municipais – que assumem a formação de seus quadros docentes e técnico-administrativos a partir das demandas das unidades escolares e dos enfrentamentos habituais de gestores e professores. Temas como a organização e a implementação de projetos políticos pedagógicos; a construção processual de bons registros do cotidiano e a sua reorganização em relação à documentação pedagógica; as mudanças relacionadas a espaços, tempos e materiais em unidades de educação infantil são implementadas a partir da compreensão dos professores e da equipe gestora e não como uma imposição de modelos que, por vezes, não fazem sentido para a unidade ou para o grupo de professores.

Muitos aspectos das formações gerais centram-se nas realidades dos grandes centros urbanos, que também concentram a maior parte das pesquisas e das discussões e produções teóricas. A transposição dessas discussões e conhecimentos precisam de tempo para serem compreendidas, incorporadas e transferidas considerando as possibilidades, realidades e especificidades de cada local.

Em geral, as Secretarias que assumem esse tipo de formação são pequenas, possuem um quadro experiente para organizar tais formações e preveem tempo nas jornadas dos profissionais envolvidos para que participem e se dediquem aos estudos. As mudanças experimentadas pelas equipes são objetos de reflexão para reconhecerem as possibilidades, limites e caminhos alternativos para a consolidação dessas práticas. É evidente que os resultados não são unânimes tampouco o processo está livre de contradições ou dificuldades, mas são experiências que tenho acompanhado e que reforçam a importância da pesquisa ancorada na realidade e na premissa de que a responsabilidade com a formação reflexiva dos diferentes sujeitos deve ser coletiva.

Se realmente acreditamos que a aprendizagem é um processo social e cultural, devemos nos lembrar que é preciso ensinar intencionalmente um profissional a ser reflexivo e essa responsabilidade cabe tanto àqueles que trabalham com formação de professores quanto às instâncias políticas que legislam e implementam políticas públicas.

***Dialogia:* Você gostaria de apontar aspectos que não foram contemplados nas perguntas anteriores?**

Ana Paula Ferreira da Silva: Não. Penso que as questões que compuseram a entrevistas possibilitaram um conjunto de discussões bastante abrangente.

Obrigada!

Recebido em: 23 abril. 2024 / Aprovado em: 24 abril. 2024

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

BIOTO, Patricia Aparecida; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. Desenvolvimento profissional de professores e gestores: contribuições para o campo de pesquisa e para a prática. Entrevistada: Ana Paula Ferreira da Silva. *Dialogia*, São Paulo, n. 48, p. 1-10, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5585/48.2026.26509>

American Psychological Association (APA)

Bioto, P. A., & Terçariol, A. A. de L. (2024, jan./abr.). Desenvolvimento profissional de professores e gestores: contribuições para o campo de pesquisa e para a prática. Entrevistada: Ana Paula Ferreira da Silva. *Dialogia*, São Paulo, n. 48, p. 1-10. <https://doi.org/10.5585/46.2024.26509>